

A DISCIPLINA DE HISTÓRIA NAS PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL: o despertar de uma consciência crítica

Iran Medeiros Araujo
Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí

“Estudar exige disciplina. Estudar não é fácil. Porque estudar pressupõe criar, recriar, e não apenas repetir o que os outros dizem...”

(Paulo Freire)

Resumo: O presente artigo teve por objetivo realizar um estudo sobre o Ensino de História nas primeiras séries do ensino fundamental; se este ensino está proporcionando aos alunos o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo. Para este fim, foram levantadas algumas questões norteadoras que nos ajudaram a uma melhor condução desse trabalho. Foram realizadas pesquisas bibliográficas no sentido de mostrar a trajetória do Ensino de História desde a sua implantação no Brasil e buscar o diálogo com alguns autores. Foi realizada também uma pesquisa de campo com a observação de uma aula de história em uma turma de 4º ano de uma escola do Estado e entrevista com a respectiva professora. Acompanhamos ainda uma aula passeio das turmas de 1º ao 4º ano de uma escola municipal. Procuramos com este estudo saber o que pensa o professor de História a respeito da situação atual desta disciplina, como este ministra suas aulas e que recurso utiliza. Acreditamos que o Ensino de História pode avançar rumo à formação de cidadãos conscientes.

Palavras-chave: Ensino de História, criticidade, reflexão, aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

Após o surgimento de várias correntes pedagógicas no decorrer dos anos na história da educação no Brasil, nenhuma delas é tomada hoje como única linha de ensino em nossas escolas. É o que acontece com os métodos considerados tradicionais, que são muito criticados e que se prega a sua não mais utilização nas salas de aula, mas, que na verdade ainda continuam sendo utilizados por boa parte dos professores, que muitas vezes ficam perdidos sem saber, por exemplo, distinguir o que é tradicional e o que é construtivista.

No Ensino de História, que foi o foco do presente artigo, as críticas ao ensino tradicional se dão, pelo mesmo se prender ao estudo de fragmentos dos fatos históricos a partir de uma visão elitista, resumindo-se a simples memorização e não havendo o relacionamento dos acontecimentos passados com o cenário social atual. Ribeiro (2001, p. 18). Desta forma, o ensino se torna não reflexivo e conseqüentemente não forma alunos críticos. É a partir da idéia de um ensino crítico/reflexivo, que levantamos algumas questões: o ensino tradicional deve realmente ser descartado do currículo escolar? A chamada Nova

História é por si só capaz de despertar a criticidade nos alunos? Os livros didáticos utilizados hoje nas escolas colaboram para formação desta consciência crítica? E as crianças das primeiras séries, são capazes de absorver um conhecimento mais voltado à reflexão?

Estas indagações surgem a partir de reflexões e debates quanto à necessidade de um ensino crítico/reflexivo, objetivo que na verdade acaba por esbarrar em discursos que não se efetivam. Situação que se reflete nos baixos índices de aproveitamento dos alunos em avaliações como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Buscamos neste trabalho, respostas para nossas inquietações diante de um ensino de história que se mostra deficiente para satisfazer as reais necessidades de nossos alunos que em meio à atual realidade, onde os mesmos são bombardeados todos os dias por um grande número de informações, necessitam selecioná-las e organizá-las para que possam melhor compreender o ambiente social em que vivem. Para isso, é preciso que nesses alunos seja formada uma consciência crítica.

Esse trabalho foi realizado voltando-se para o ensino fundamental menor através de uma pesquisa de campo onde realizamos uma entrevista com uma professora do 4º ano de uma escola pública estadual. A entrevista utilizada foi a semi-estruturada e com o auxílio de um gravador, o que nos permitiu ter uma conversa aberta com a mesma e ter uma idéia do que pensa o profissional que está em sala de aula. Também observamos uma aula de história da referida professora, que serviu para confrontarmos algumas questões levantadas na entrevista. Comparamos também um livro didático de história de alguns anos atrás, com um livro utilizado hoje, para termos uma visão das mudanças ocorridas até então. Com as informações colhidas juntamente com o pensamento de alguns autores pesquisados, procuramos chegar aos nossos objetivos.

O objetivo desta pesquisa foi saber qual a opinião do professor quanto ao Ensino de História nas primeiras séries do ensino fundamental, como este se comporta na sala de aula no que se refere à utilização do livro didático e a aplicação dos métodos de ensino, para desta forma concluir se através do Ensino de História estão sendo formadas consciências críticas em nossos educandos.

Acreditamos que diante da realidade de nossas escolas, não devemos nos prender a modismos, ao passado e muito menos nos tornarmos estáticos, e sim, que precisamos de práticas efetivas que venham a suprir as necessidades educacionais e chegar a resultados reais e concretos. Por isso esse trabalho visa acima de tudo, contribuir para que seja dado um passo a mais em direção ao sucesso de nossa educação.

2 O ENSINO DE HISTÓRIA NAS PRIMEIRAS SÉRIES: o que e como ensinar?

A discussão, principalmente no meio pedagógico, a respeito do ensino de crianças, é uma discussão ampla e que gera diversos questionamentos. O que ensinar, como ensinar e com que métodos, por exemplo, são pontos que estão no centro dos debates. Muitas vezes são exaltados novos métodos de ensino e criticados métodos tradicionais, sem na verdade, haver uma análise dos resultados reais que estão ou não sendo alcançados. No que diz respeito ao ensino de história, este, até pouco tempo, teve a História Tradicional, baseada na corrente de pensamento positivista, como uma concepção norteadora dentro dos currículos escolares. Hoje o que se propõe é a chamada Nova História, voltada mais para o raciocínio e produção de conhecimento, contrapondo a memorização pura e simples da história positivista. Entretanto, nesta discussão deve haver uma melhor análise a partir de um maior conhecimento destas correntes de pensamento.

No Brasil, a disciplina de história teve sua autonomia nos currículos escolares, no século XIX, durante o período regencial, mais precisamente em 1837, mesmo ano em que foi criada a primeira instituição de ensino secundário, o colégio Pedro II, e também o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB, que tinha por finalidade a construção do passado histórico do país e a formação de uma identidade nacional. Com o intuito de criar uma História da pátria que seguisse o modelo de História do mundo ocidental, conhecida como *história universal*, a historiografia no Brasil tinha por base os fatos políticos e militares, exaltando personagens e criando a figura dos grandes heróis, numa narrativa linear e cronológica. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

A História nacional identificava-se com a História Pátria, cuja missão, juntamente com a História da Civilização, era de integrar o povo brasileiro à moderna civilização ocidental. A História Pátria era entendida como o alicerce da “pedagogia do cidadão”, seus conteúdos deveriam enfatizar as tradições de um passado homogêneo, com feitos gloriosos de célebres personagens históricos nas lutas pela defesa do território e da unidade nacional. (BRASIL, 1997, p. 22-23)

Nas salas de aula, esperava-se que o aluno decorasse datas e fatos gloriosos como batalhas e grandes conquistas. Segundo consta no Guia de Recursos Didáticos do livro de história do Projeto Pitangá, da Editora Moderna. Deixava-se sob uma cortina as invasões e massacres aos nativos e a subjugação, dos negros escravizados, ao homem branco. Enfim, nas mãos da elite, a história era manipulada de forma que, as populações negra, indígena e mestiça, fossem vistas como pessoas sem cultura, sem escrita e sem história, vítimas da ideologia do Estado brasileiro. (2005, p. 4)

O poder do Estado sobre o ensino se fortaleceu a partir da década de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a reforma Francisco Campos, os currículos de história, sob influência da Escola dos Analles, passaram por algumas mudanças, onde, de forma muito tímida, a sociedade brasileira era incluída na história. Siqueira e Souza (2012, p. 2-3).

Após a segunda guerra e com o fim da ditadura Vargas, a disciplina de História torna-se mais relevante na formação da cidadania. Passou-se a se preocupar mais com a organização de seu currículo e com os materiais didáticos que seriam empregados, voltados para o estudo das sociedades, seus avanços tecnológicos, científicos e culturais. Entretanto, com o golpe militar de 64, as disciplinas de História e Geografia são substituídas pelos chamados Estudos Sociais. Agora, o viés ideológico, através dos conteúdos do ensino de história, visa transmitir uma exaltação desmedida ao nacionalismo para justificar o plano nacional implantado pelos militares. O currículo era elaborado através de círculos concêntricos onde se levava em conta o desenvolvimento psicológico dos alunos. Ou seja, os estudos das sociedades deveriam partir do concreto ao abstrato, do mais próximo para o mais distante. Estudava-se primeiro o bairro e o município, ampliando para o estado, o país e o mundo. (BRASIL, 1997, p. 25- 26)

Em meados da década de 1980, quando o país passa pelo processo de democratização, a disciplina de História tem seu currículo novamente revisto. Com a influência do Marxismo e da Nova História, além da criação de associações como a Associação Nacional de História – ANPUH e a Associação de Geógrafos – AGB, iniciam-se novas discussões sobre o retorno da História e Geografia como disciplinas autônomas nos currículos escolares. Busca-se nesse momento uma História de temáticas sociais e culturais, levando em conta a vida cotidiana assim como novos objetos para a construção de um passado histórico como habitação, a relação do homem com a natureza, a sexualidade entre outros. Borges e Braga. (2012, p. 4) Outro fator que influenciou para mudanças no ensino de história foi a exigência de um conhecimento visando o vestibular, porta de entrada para o ensino superior e consequentemente para a formação de mão de obra economicamente ativa tão importante dentro da economia capitalista.

Na década de 1990 surgem novos debates sobre a renovação curricular nas escolas. Já aprovada a constituição de 1988 que trazia mudanças positivas para a educação, em 1996 é lançada a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, que foi aprovada após um longo debate na Câmara dos Deputados, assim como nos movimentos da sociedade civil, dentre eles, seguimentos organizados da educação. Aranha (2006, p. 324). No ano seguinte, em 1997, são formulados os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, que surgem para

oficializar em todo o Brasil a separação das disciplinas de História e Geografia, bem como propostas de um novo currículo, no auxílio ao professor para que sejam oferecidos aos educandos conteúdos que os formem cidadãos e que sejam realmente significativos nas suas vidas. Traz como proposta uma prática de ensino voltada para a formação da cidadania e para a construção do respeito ao outro e à pluralidade cultural. Fonseca e Silva (2012, p. 17-18)

Esse novo olhar sobre o Ensino de História surge em detrimento ao ensino tradicional, que traz o conhecimento pronto e acabado, com o seu decorar de datas e nomes de personagens. São concepções que criam uma dicotomia entre a aprendizagem de fatos históricos versus a subjetividade, entre a memorização versus o raciocínio. Devemos observar, porém, que a história é construída a partir de fatos, não podendo evidentemente nos prender apenas a isto, sem uma análise dos acontecimentos e um relacionamento com o presente, mas, sem os fatos não há história. Da mesma forma que o ensino de História não pode se limitar à mera transmissão de conteúdo, mas, para despertar a reflexão e a produção de conhecimento, o aluno tem que memorizar certo número de informações para que possa fazer relações e despertar o raciocínio. Davies (1996, p. 4). Ainda segundo este autor, “Não se raciocina no vácuo, mas sim a partir de fatos mais simples, mais concretos”.

Entretanto, na ênfase dada ao ensino de uma História crítica e reflexiva, outra questão vem sendo colocada em discussão. Esta problematização diz respeito à idade em que o aluno passa a ter essa capacidade de reflexão, de absorver esse conhecimento crítico. Segundo Oliveira: “[...] poucos historiadores interessam-se pelo processo de construção do conhecimento histórico em crianças. Muitos sequer acreditam na possibilidade da criança aprender história nas series iniciais”. (1995, p.263-264 apud COSTA; FERREIRA 2011). A professora de História do 4º ano de uma escola municipal, que entrevistamos, diz que alguns professores consideram as crianças seres não críticos e apenas jogam o assunto a ser dado. Entretanto, segundo ela, “a disciplina de história quando bem ministrada e bem repassada para os alunos, desde pequeninhos eles já começam a serem críticos”. Temos, com isso, que pensar essa criticidade na criança de acordo com o processo cognitivo da mesma. A nossa professora entrevistada prossegue dizendo que:

Então agente deve saber o que vai dizer e o que esperar desses alunos de acordo com a faixa etária de cada um, mas também a gente não deve simplesmente achar que eles não são capazes de ter todo esse pensamento crítico. [...] às vezes eu fico até surpresa com o que eles retornam pra mim.

Devemos levar em conta, que a inteligência se desenvolve progressivamente de acordo com a faixa etária do ser humano e pela maneira que o mesmo interage com o mundo. Cabe ao professor, ser o mediador entre o aluno, o objeto de estudo e a realidade, numa construção dialética do conhecimento. Para Litz:

Quando o professor planeja suas aulas de história, deve fazê-lo sempre se questionando sobre o tipo de reação que suas ações provocará nos alunos; deve ter claro que tipo de operação mental está acionando e exigindo de seus alunos: recordação, reconhecimento, associação, comparação, levantamento de hipóteses, crítica, interpretação, solução de problemas etc. (2008, p. 9)

Apesar de uma significativa mudança no ensino de História em direção a uma educação mais contextualizada com o mundo do aluno, através dos novos livros didáticos e da própria consciência historiográfica, ainda se percebe, por parte de alguns professores, talvez a maioria, uma prática de ensino voltada para uma história linear e sem significado. Diz-nos Ribeiro (2001, p.20), “Cabe ao professor ser mais que um contador de história, resgatando a plena autonomia do estudante como produtor de seu próprio conhecimento histórico, na leitura do mundo e do seu tempo.”

Em um estudo de caso a respeito do ensino de História em uma escola pública municipal, tivemos a oportunidade de participar de uma aula passeio a dois pontos turísticos da cidade. No primeiro algumas poucas explicações sobre o local. No segundo, onde se podia perceber a clara relação entre natureza, história e desenvolvimento, nada foi explicado. Para os alunos restaram apenas alguns minutos de euforia em um local incomum e é hora de voltar ao ônibus e deixar para traz uma clara oportunidade de ensino aprendizagem.

Isso vem reforçar a idéia de que não basta ter em mãos materiais e oportunidades, é preciso aproveitar tais recursos. Em concordância com essa colocação, a professora entrevistada acredita que a mudança maior deve partir de cada professor, pois o que “faz” a turma é o professor. Nas palavras dela, “se tiver um professor que só ensina data e só ensina ‘o que é?’, dificilmente o aluno vai ter essa visão mais crítica.” Nem da história, nem do mundo que o rodeia.

Observamos aulas de História em uma turma de 4º ano, ministrada pela já citada professora. A sala segue os padrões tradicionais das nossas escolas: cadeiras enfileiradas, sala não muito arejada e iluminação á desejar. Ambiente em que se pode sentir certo clima de encarceramento. Na turma tinham trinta alunos os quais se mostravam bem participativos, até disputavam para perguntar ou opinar, reflexo, acreditamos, da abertura de espaço dado pela professora. Ela utilizava o livro didático procurando levar os alunos a refletirem sobre as

questões colocadas. Dos materiais de apoio utilizados em sala de aula, o livro didático é o que está mais presente e o principal meio de ensino utilizado por grande parte dos professores, muitas vezes se torna o único. E às vezes, também o único livro com o qual a criança tem contato e uma das poucas fontes de informação. Daí a importância de sua utilização da melhor maneira possível, e de sua escolha, já que é o professor que, através do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD escolhe esse livro para trabalhar em sua escola no período de três anos.

No ensino de História, o livro didático foi um forte meio de transmissão da ideologia do ensino tradicional positivista. Elogio à cultura do europeu e o culto de heróis eram trazidos em textos e imagens desses livros. Como a figura de Domingos Jorge Velho retratada na pintura de Benedito Calixto, onde esta traz um homem robusto de aparência majestosa e traje de gala, quando na verdade os bandeirantes sofriam nas expedições com as longas caminhadas e os combates na mata, comiam pouco e chegavam a passar fome. Martins (2008, p. 66-67). Podemos observar que os livros didáticos de História atuais, trazem os assuntos de forma contextualizada, além de alguns trabalharem os temas transversais, a formação cidadã entre outros.

Entretanto, no Brasil, um país continental, quando falamos em contextualização, esbarramos em uma diversidade cultural, histórica e do próprio ambiente que vai trazer uma variação de contextos entre regiões, estados e localidades, o que deixa a desejar na distribuição de livros nos quais os objetos de estudo não condizem com a realidade de determinado público docente. Cabe aí, mais uma vez, a interferência do professor para fazer uma ponte entre o que é abordado no livro e a realidade do aluno. Segundo a nossa professora de história, quando perguntada sobre o livro didático, a mesma diz que os livros utilizados por ela são bons porque trazem a discussão, a reflexão e a crítica.

3 CONCLUSÃO

Desde a implantação do Ensino de História no Brasil, muitas mudanças ocorreram e entre estas avanços significativos foram conquistados. Porém, muito se deixa a desejar ainda no ensino desta disciplina. Muitos professores não têm consciência da importância do ensino de História para formação de nossas crianças, continuando a ensinar de modo tradicional.

Quando debatemos o tradicional, temos que fazer uma distinção entre ensino tradicional e métodos tradicionais. O primeiro vai trazer toda uma carga negativa de um

ensino que tem por base a memorização e a cópia, o não despertar de uma consciência crítica nos alunos, que também não tinham autonomia para refletir ou opinar. Dentro deste ensino eram utilizados métodos de aprendizagem que logicamente chamamos métodos tradicionais. Contudo, isso não significa que todas essas técnicas de ensino devem ser descartadas sem que haja uma reflexão a respeito de sua contribuição no processo de aprendizagem. O professor deve ter autonomia e pensar por si, mantendo-se atualizado, mas, não se deixando levar por simples modismos que não trazem resultados práticos.

Em nossa pesquisa de campo observamos algumas dificuldades enfrentadas no Ensino de História e na educação de forma geral. Algumas destas são velhas conhecidas e que sobrevivem desde os “primórdios” como: má qualidade na estrutura física, burocracia na resolução de problemas e professores desqualificados. Entretanto, encontramos também bons professores, que procuram conduzir suas aulas para o verdadeiro sentido de ensinar história como, por exemplo, levar os alunos a refletirem sobre as consequências das ações dos seres humanos na construção da sociedade e das suas próprias ações contribuindo para essa construção.

Em nossa observação também percebemos, que apesar das condições de infraestrutura já citada, os alunos têm o interesse de aprender conservando ainda a curiosidade própria da criança. Esses alunos em contato com experiências diversificadas, através de aulas passeio, vídeos, música e outros, terão maior riqueza na construção e elaboração do conhecimento.

Diante do que se deve ser pensado sobre o que ensinar e como, é importante levar em conta a faixa etária do educando, para sabermos o que deve ser passado e o que devemos esperar deles, evitando assim, que se exija demais ou que se subestime sua capacidade de aprendizagem e o seu senso crítico. Conhecer as teorias da construção da aprendizagem é essencial para que o professor realize um trabalho eficaz, fazendo com que os alunos não apenas reproduza, mas, redescubram e redefinam os conhecimentos que estão lhe sendo passados.

É perceptível a mudança no ensino de História, apesar de alguns profissionais da educação insistir em modelos de ensino ultrapassados que não surtem mais efeito nos alunos. Por outro lado, essa mudança deve ser bem aproveitada na construção de um ensino de qualidade. Concluo com uma frase retirada de um livro didático de História do quarto ano, “Se a história não é a narrativa de verdades únicas e inquestionáveis, também não pode ser vista como o campo de teorias subjetivas e opiniões vastas. A perspectiva da verdade absoluta é tão nociva quanto o relativismo total.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BORGES, Maria Aparecida Quadros; BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. **O ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental**. Disponível em: <http://www.unilestmg.br/revistaonline/volumes/01/sumario>.> Acesso em: 3 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Brasília, 1997.

COSTA, Sueli Maria Salles; FERREIRA, Carmem Fátima. **O ensino de história nas séries iniciais do ensino fundamental**. Disponível em: <http://www.unioeste.br/.../15%20Carmem%20Fatima%20Ferreira.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2011.

DAVIES, Nicholas. **História conceitual x história factual; raciocínio x memorização: oposições reais ou falsas no ensino de história?** Disponível em: <http://www.uff.br/feuff/departamentos/docs.../historia_conceitual.doc>. Acesso em: 4 nov. 2011.

FONSECA, Selva Guimarães; SILVA, Marco Antônio da. Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 13-33, dez. 2010.

LITZ, Valesca Giordano. O uso da imagem no ensino de história. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1402-6.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2011.

MARTINS, Ana Rita. Mudou a imagem. **Nova Escola**, São Paulo, n. 217, p. 66-67, nov. 2008.

MODERNA, Editora. **Projeto Pitanguaá: História (fundamental)**. 1º ed. São Paulo: Moderna, 2005.

RIBEIRO, Luís Távora Furtado. **Ensino de história e geografia**. 2º ed. Fortaleza: Brasil Tropical, 2001.

SIQUEIRA, Bárbara Bezerra; SOUZA, Juliana Rodrigues. **As transformações na historiografia e no ensino de história a partir do século XX**. Disponível em: <http://www.anpuhp.org/.../ST%2003%20-%20Bárbara%20B>.> Acesso em: 20 nov. 2011.